

Controladoria Geral do Munícipio

PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PARECER N° 2111001-CGM

Solicitante: Departamento de Licitação

Expediente: Processo Licitatório nº ARP030/2021

Modalidade: Carona

Situação: Contratado

Presidente da CPL: Harlenilson Matos da Silva

Ordenadora de Despesas: Silvia Regina Pereira da Silva

Valor do Contrato: R\$76.163,10

Empresa Vencedora: AMAZONIA INFORMATICA EIRELI-ME

Tratam os autos de procedimento licitatório realizado na modalidade Carona, para fins de adesão a Ata de Registro de Preço nº 20200330, oriundo do Pregão Eletrônico nº 059/2020-SRP, realizado pela Secretaria Executiva Municipal de Saúde de São Felix do Xingu, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS, PERIFÉRICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER AS SECRETARIAS: SEMAPLAN, SEMAGOV, SEMFI, SEMTUR, SEMTUR, SEMEL, SEMCULT, SEMAGRI, SEMURB E SEMOB.

A solicitação de adesão a Ata de Registro de Preço foi feita por meio do Ofício nº 0418/2021/GAB/SEMTPS, datado em 12 de julho de 2021, pela Secretaria Executiva Municipal de Trabalho e Promoção Social-SEMTEPS, com o objeto de AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS, PERIFÉRICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CONSELHO TUTELAR, SEMTEPS, CRAS, CREAS, SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL ALTA COMPLEXIDADE, PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS-CRIANÇA FELIZ, ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO



Controladoria Geral do Munícipio

ÚNICO, SINE E CMDCA. Em seguida, prosseguiram as fases subsequentes até a homologação da licitação pela Autoridade Competente.

Os autos foram encaminhados a Controladoria Geral do Município para manifestação acerca da legalidade do procedimento licitatório.

É o relatório.

DA ANÁLISE DA LICITAÇÃO

1. Formalização do Processo

O procedimento administrativo instaurado para a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cuja regulamentação consta na Lei nº 10.520/02, está instruído com as seguintes peças, em cumprimento ao art. 38 da Lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação, a fase de adesão à ata de registro de presencial é fundamentada conforme **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**.

- Solicitação de autorização para abertura de Processo Administrativo (fls.02);
- II. Termo de Referência (fls. 03-06);
- III. Justificativa para adesão à ata de registro de preços (fls. 07);
- IV. Planilha geral de itens (fls. 08);
- V. Descrição de itens com dotação orçamentária (fls. 09-18);
- VI. Indicação dos Recursos Orçamentários (fls. 19-22);
- VII. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (fls. 23);
- VIII. Cotação de preços do mercado (fls. 24-26);
- IX. Pedido de autorização para adesão parcial, ao fornecedor da ata de registro de preços (fls. 27-28);
- X. Aceite do fornecedor para adesão parcial a ata de registro de preços (fls. 29);



Controladoria Geral do Munícipio

- XI. Pedido de autorização para adesão parcial, ao órgão gerenciador da ata de registro de preços (fls. 30-31);
- XII. Autorização do órgão gerenciador da ata para realização de adesão parcial (fls. 32);
- XIII. Cópia do Pregão Presencial nº 059/2020/SRP (fls. 33-216);
- XIV. Despacho com autorização do Chefe do Poder Executivo (fls. 217);
- XV. Ato de designação da CPL-Comissão Permanente de Licitação (fls. 218);
- XVI. Documentação atualizada da empresa (fls. 219-246);
- XVII. Solicitação de análise e Parecer Jurídico à Procuradoria Geral do Município (fls. 247);
- XVIII. Parecer Jurídico (fls. 248-250);
 - XIX. Termo de homologação e adjudicação (fls. 251);
 - XX. Ato de designação do fiscal de contrato (fls. 252);
 - XXI. Contrato administrativo nº 20210316 (fls. 253-257);
- XXII. Contrato administrativo nº 20210317 (fls. 258-262);
- XXIII. Comprovante de publicação de extrato de contrato no:
 - Diário oficial dos Municípios do Estado do Pará (fls. 263);
- XXIV. Solicitação de análise e Parecer Técnico à Controladoria Geral do Município (fls. 264).

2. ANÁLISE

2.1. Da Fase Interna

Os processos administrativos deverão ser autuados, protocolados, rubricados com a indicação do(s) objeto(s), orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da comissão ou servidores responsáveis, termo de compromisso, justificativa para aquisição, autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais



Controladoria Geral do Munícipio

documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93. No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo, observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente autuado e acompanhado das documentações necessárias.

2.2. Das Justificativas, Autorizações e Termo de Compromisso

Foram preenchidas as exigências quanto às autorizações necessárias, declaração referente ao não comprometimento do erário público, subscrita pela autoridade competente.

Ao que compete à justificativa, Termo de Compromisso e Responsabilidade referente ao acompanhamento do procedimento licitatório e da execução deste contrato, segue todas as especificações no termo de referência.

3. DO FISCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

É o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares, ou seja, é o acordo recíproco de vontades que tem por fim gerar obrigações recíprocas entre os contratantes. Assim como o particular, o Poder Público celebra contratos no intuito de alcançar objetivos de interesse público.

3.1. Vigência do Contrato Administrativo

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.



Controladoria Geral do Munícipio

3.2. Fiscal de contrato

Foi encontrado nos autos o ato de designação do servidor **Alyson Alves de Carvalho** para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato alvitre final deste processo.

4. PROVIDÊNCIA

 Deverá o responsável fazer a juntada da Justificativa de Vantajosidade para a Adesão da Ata de Registro de Preço.

5. RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que seja observado o art. 42, caput, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.
- Recomendamos a realização de despesa, somente com recurso disponível em conta bancária.

CONCLUSÃO

Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo licitatório em tela esgotou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno.

Face a todo o exposto, concluímos:

Que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária em conformidade com análise jurídica.

É verdadeiro ressaltar que, a geração de despesa é de inteira carga do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da Controladoria Geral do Município.



Controladoria Geral do Munícipio

MANIFESTA-SE, portanto:

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA.

Retorne os autos ao responsável para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

São Félix do Xingu, 05 de novembro de 2021.

Controlador Geral Interino Lei nº 133/19